

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **0003121-31.2016.8.26.0566 - Ordem 704/2016**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins**
 Autor: **Justiça Pública**
 Réu: **FABIO DE OLIVEIRA SENA**

Justiça Gratuita

Vistos.

Trata-se de ação penal proposta pelo Ministério Público em face de Fábio de Oliveira Sena, pois em dia, local, horário e circunstâncias descritas na denúncia de folhas 01/04 teria praticado os crimes previstos no artigo 33, "caput" da Lei nº 11.343/2006 e artigo 155, "caput" do Código Penal.

A denúncia foi recebida às folhas 101/102. O réu foi citado às folhas 118/120 e ofereceu resposta à acusação às folhas 160/166.

Não sendo caso de absolvição sumária foi designada audiência de instrução e julgamento.

Em sede de instrução o Ministério Público pugnou pela absolvição do acusado quanto ao crime de furto e pela condenação do réu como incurso no artigo 33, §3º da Lei de Drogas.

A defesa pugnou pela absolvição do réu e subsidiariamente, a desclassificação para o crime previsto no artigo 28 da mencionada Lei.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

A sentença de folhas 230/231 declarou a revelia do acusado e julgou improcedente o pedido, absolvendo-se o réu da imputação de ter violado o disposto no artigo 155, "caput do Código Penal, com base no artigo 386, inciso VII do Código de Processo Penal e desclassificou o pedido contido na denúncia para o delito tipificado no artigo 33, §3º da Lei 11.343/2006.

Designada audiência preliminar, o réu não compareceu.

O i. Promotor de Justiça requereu a condenação com base no delito tipificado no artigo 33, §3º da Lei 11.343/2006, com a aplicação da pena no mínimo legal, não havendo impedimento pela substituição em restritiva de direitos.

Eis a síntese do necessário.

DECIDO.

A materialidade restou demonstrada pelo laudo pericial de constatação juntado às folhas 106.

Os indícios de autoria também se fizeram presentes, pois em seu interrogatório na fase administrativa (folhas 39), o réu declarou que "estava portando as drogas maconha e cocaína; afirma que as drogas apreendidas nos autos eram destinadas ao seu consumo próprio, negando a traficância".

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****2ª VARA CRIMINAL****RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Em juízo a testemunha Carlos Alexandre Deróide conforme depoimento gravado (folhas 229), disse que encontrava em um churrasco e que o réu teria saído para comprar a droga e trazê-la para os participantes daquela festividade.

A prova é segura nesse sentido. Os demais elementos de convicção confirmam essa conduta do acusado. Assim, o contexto probatório amalhado é no sentido de que houve crime de tráfico para fins de entrega à pessoas do círculo de amizades.

Procede, portanto, a acusação.

Passo a dosar a pena.

Fixo pena base no mínimo legal de 06 meses de detenção e 700 dias multa. O acusado iniciará o cumprimento da pena em regime aberto. Com base nos artigos 43 e 44 do Código Penal, substituto a pena de detenção pela de proibição de frequentar bares, boates e assemelhados pelo prazo de 06 meses.

Não vislumbro adequada a concessão do sursis tendo em vista a natureza nociva do delito praticado.

Estabeleço o valor do dia-multa no mínimo legal.

Ante o exposto, julgo procedente o pedido para condenar



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

2ª VARA CRIMINAL

RUA CONDE DO PINHAL, 2061, São Carlos - SP - CEP 13560-140

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

FABIO DE OLIVEIRA SENA à pena de 06 meses de proibição de frequentar bares, boates e assemelhados e 700 dias-multa no valor mínimo legal, por ter violado o disposto contido no artigo 33, §3º da Lei 11.343/2006.

Com o trânsito em julgado, oficie-se à polícia militar para conhecimento da restrição imposta ao acusado.

P. I.

São Carlos, 27 de março de 2017.

Juiz de Direito: Dr. **Claudio do Prado Amaral**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**